



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680294 - SP (2021/0220035-7)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FLÁVIO DE ALMEIDA PONTINHA - SP269293
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JEAN CARLOS DE LIMA PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEAN CARLOS DE LIMA PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0001789-24.2021.8.26.0996).

O impetrante narra que o Tribunal de origem estabeleceu como data-base para a progressão do paciente ao regime aberto a data da realização do exame criminológico que certificou sua aptidão para a progressão ao regime intermediário.

Sustenta que "não se pode estabelecer como data do preenchimento do requisito subjetivo para a progressão de regime de cumprimento de pena a data do exame criminológico", haja vista que "este posicionamento caracteriza ficção totalmente desprovida de qualquer contato com a realidade, que causa enorme prejuízo ao sentenciado, que apesar de possuir aptidão psicológica para a progressão de regime de cumprimento de pena em data anterior à sua submissão ao exame criminológico, tem a fixação da data-base para a progressão ao regime aberto de cumprimento de pena condicionada à sua submissão ao referido exame" (fl. 6).

Alega que, "não havendo prova de inaptidão subjetiva do sentenciado para a progressão de regime de cumprimento de pena, imperiosa a adoção como data-base para a progressão ao regime aberto da data do preenchimento do requisito objetivo para a progressão ao regime semiaberto cumulada com a classificação 'boa' ou 'ótima', de seu comportamento carcerário" (fl. 7), sendo inadequada sua fixação a partir da data em que for realizado o exame criminológico.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que considere como data-base para a progressão de regime a data em que o paciente preencheu o requisito temporal, de caráter objetivo e, simultaneamente, ostentou bom comportamento

carcerário, independe da submissão ao exame criminológico.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo, mormente na espécie, em que o pleito não se reveste de plausibilidade consoante a jurisprudência do STJ. Confirmam-se:

3. Sendo determinada a realização de exame criminológico, reputa-se preenchido o requisito subjetivo no momento da realização do exame favorável ao paciente, razão pela qual deve ser considerado como database para nova progressão, mesmo estando o requisito objetivo preenchido em momento anterior. Caso dos autos. Precedente: HC 414.156/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 29/11/2017. (AgRg no HC n. 620.573/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 7/12/2020.)

V - Portanto, a data-base para verificação da implementação dos requisitos objetivo e subjetivo, previstos no art. 112 da Lei n. 7.210/84, deverá ser definida de forma casuística, fixando-se como termo inicial o momento em que preenchido o último requisito pendente, seja ele o objetivo ou o subjetivo.

VI - In casu, ante a determinação de realização de exame criminológico, o requisito subjetivo somente restou implementado no momento da realização do exame favorável ao paciente, razão pela qual deve ser considerado como data-base para nova progressão, mesmo estando o requisito objetivo preenchido em momento anterior. (HC n. 414.156/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 29/11/2017.)

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente